

Brasil e a água que desaparece sem fazer manchetes

Dados do MapBiomas revelam uma redução persistente da superfície de água no Brasil desde 1985, com destaque para o Centro-Oeste. O fenômeno expõe riscos crescentes para a segurança hídrica, a produção agropecuária e a geração de energia

As grandes crises hídricas costumam chamar atenção quando reservatórios atingem níveis críticos, rios deixam de ser navegáveis ou cidades enfrentam racionamentos. O problema é que esses eventos são apenas a face mais visível de um processo muito mais lento e silencioso.

Os dados históricos do MapBiomas mostram que o Brasil vem perdendo superfície de água há pelo menos quatro décadas. A série temporal iniciada em 1985 revela uma trajetória de redução da área ocupada por rios, lagos, lagoas, áreas alagadas e reservatórios. Embora existam oscilações anuais associadas à variabilidade climática, a tendência de longo prazo é inequívoca.

O país partiu de uma superfície hídrica próxima de 20 milhões de hectares na década de 1980 para valores significativamente menores nos anos mais recentes.

O dado mais preocupante não está, porém, na média nacional. Ele aparece quando se observa a distribuição regional dessa perda.

O Centro-Oeste apresenta a queda mais expressiva entre todas as regiões brasileiras. A superfície de água, que oscilava entre 3,5 milhões e 4,5 milhões de hectares no final dos anos 1980, aproxima-se atualmente de 2 milhões de hectares.

Trata-se de uma redução superior a 40% ao longo da série histórica. Não por acaso, a região abriga o Pantanal, maior área úmida tropical do planeta, cuja dinâmica hidrológica vem sendo pressionada por secas mais frequentes, alterações no regime de chuvas e mudanças no uso da terra em suas bacias contribuintes.

O Nordeste também apresenta tendência negativa. Apesar da elevada variabilidade natural característica do semiárido, os dados mostram uma redução gradual da superfície de água ao longo das últimas quatro décadas. Em uma região historicamente vulnerável à escassez hídrica, pequenas reduções acumuladas ao longo do tempo podem produzir impactos significativos sobre abastecimento humano, irrigação e segurança alimentar.

No Norte, onde se concentra a maior disponibilidade hídrica do país, a tendência de queda é mais discreta, mas não deve ser ignorada. A estabilidade relativa observada nos gráficos mascara mudanças importantes na dinâmica amazônica. Secas severas registradas em anos recentes demonstraram que mesmo a maior floresta tropical do mundo não está imune aos efeitos combinados das mudanças climáticas e das transformações no uso da terra.

Sudeste e Sul exibem reduções mais moderadas. Ainda assim, os gráficos revelam que a estabilidade aparente esconde uma trajetória descendente persistente. Essas regiões concentram grande parte da população, da atividade industrial e da geração hidrelétrica do país. Em outras palavras, pequenas alterações na disponibilidade hídrica podem produzir efeitos econômicos desproporcionalmente elevados.

É importante destacar que os gráficos não demonstram, por si só, as causas dessas mudanças. Eles mostram o resultado final de um conjunto de processos que incluem

variabilidade climática natural, mudanças climáticas induzidas pela ação humana, expansão agropecuária, urbanização, construção de reservatórios e alterações na cobertura vegetal.

A interpretação das causas exige análises complementares. A tendência observada, entretanto, é suficientemente robusta para indicar que algo estrutural está ocorrendo.

O desafio é que a água continua sendo tratada, muitas vezes, como um recurso abundante e garantido. A percepção faz sentido em um país que abriga cerca de 12% da água doce superficial do planeta. Mas a abundância nacional esconde uma distribuição desigual no território e uma crescente vulnerabilidade regional.

Os dados do MapBiomas sugerem que o Brasil está entrando em uma nova fase da discussão hídrica. Já não se trata apenas de administrar períodos de seca ou de cheia. O desafio passa a ser compreender como a disponibilidade de água está mudando ao longo das décadas e quais serão as consequências para a agricultura, a geração de energia, o abastecimento urbano e a conservação dos ecossistemas.

A perda de superfície de água não produz o impacto visual imediato de uma enchente nem a dramaticidade de um reservatório vazio. Ainda assim, ela pode representar uma das transformações ambientais mais relevantes em curso no país. E, justamente por avançar de forma gradual, corre o risco de permanecer invisível até que seus efeitos se tornem muito mais difíceis — e caros — de reverter.

cnn